



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador JOSE CARLOS PATRIOTA MALTA

**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO 0008616-62.2013.8.17.0000(0311875-0) RECIFE-PE**

**AGRAVANTE: COMPANHIA ENERGIA DE PERNAMBUCO –CELPE.**

**ADVOGADO: Cinthia Raphaela Ribeiro Bispo PE 031521**

**AGRAVADO: DAMASCO SEVERINO DA SILVA-ME.**

**ADVOGADO: Josenildo José de Souza PE 031749**

**RELATOR. DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA**

**EMENTA – DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO ORDINÁRIA DE INDENIZAÇÃO. FATURAS EMITIDAS EM NOME DE OUTRO TITULAR. INTERESSE DO AGRAVADO NO PAGAMENTO. IMPOSSIBILIDADE DE CORTE DE ENERGIA. SEM REFORMA. PROVIMENTO NEGADO. DECISÃO UNÂNIME.**

**ACÓRDÃO:** Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento de nº 0008616-62.2013.8.17.0000(0311875-0) em que figura como Agravante CELPE – Cia Energética de Pernambuco e como Agravado DAMASCO SEVERINO DA SILVA-ME Os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco que compõem a Sexta Câmara Cível, acordam o seguinte: " *A unanimidade de votos, negou-se provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator*". tudo de acordo com o relatório, o voto, e o termo de julgamento que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 04 de outubro de 2013.

  
**Des. José Carlos Patriota Malta**  
Relator



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador José Carlos Patriota Malta.

95-

**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO 0008616-62.2013.8.17.0000(0311875-0) RECIFE-PE**

**AGRAVANTE: COMPANHIA ENERGIA DE PERNAMBUCO -CELPE.**

**ADVOGADO: Cinthia Raphaela Ribeiro Bispo PE 031521**

**AGRAVADO: DAMASCO SEVERINO DA SILVA-ME.**

**ADVOGADO: Josenildo José de Souza PE 031749**

**RELATOR. DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA**

**RELATÓRIO.**

Cuida-se de **Agravo de Instrumento** interposto pela CELPE, nos autos da Ação de Indenização, sob nº 0001545-37.2013.8.17.1090, os quais tramitam na 2ª Vara Cível de Paulista-PE, *que* determinou a agravante restabelecer o fornecimento de energia elétrica, sob pena de multa diária no valor de R\$ 200,00.

Tem-se como objeto da peça vestibular uma ação de indenização por danos morais em razão do indevido corte de energia, já que as 4 (quatro) faturas das contas de energia, vencidas, foram enviadas à residência da autora/agravada com outra titularidade, e solicitada a regularização.

Persegue a agravante a obtenção de pronunciamento judicial que reforme os efeitos da decisão hostilizada, argumentando sinteticamente que o usuário estava consumindo a energia sem efetuar a devida contraprestação, e que a liminar concedida acarretará prejuízos econômicos à empresa.

O instrumento exsurgiu com as peças obrigatórias e foi apresentado no prazo legal.

A fl. 81 reservei-me a apreciar o pedido de liminar após o pronunciamento da parte adversa.

As contrarrazões, foram apresentadas as fls. 89/91 as quais rebatem os argumentos ali esposados.

Os Preparos estão presentes à fl. 27.

É o que de essencial havia a ser relatado.

**À pauta.**

Recife, 17 de setembro de 2013.

*Des. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA*

**RELATOR**



**Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador José Carlos Patriota Malta.**

**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO 0008616-62.2013.8.17.0000(0311875-0) RECIFE-PE**

**AGRAVANTE: COMPANHIA ENERGIA DE PERNAMBUCO –CELPE.**

**ADVOGADO: Cinthia Raphaela Ribeiro Bispo PE 031521**

**AGRAVADO: DAMASCO SEVERINO DA SILVA-ME.**

**ADVOGADO: Josenildo José de Souza PE 031749**

**RELATOR. DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA**

**VOTO DO DES. RELATOR.**

Ao exame atento da questão, verifico que a atitude da empresa em manter suspenso o fornecimento de energia à agravada, não há como se sustentar, até porque existe nos autos interesse do agravado devedor no pagamento das faturas vencidas, já que se tem notícias de pedidos telefônicos para que o envio das Notas fiscais de fatura sejam em nome do autor/ agravado, pois está sendo emitida em nome de outro titular, alteração esta (mudança de titularidade) não requerida pelo agravado.

De mais a mais a energia elétrica é hoje um bem de primeira necessidade, indispensável para a vida regular tanto das pessoas quanto das empresas. Sua suspensão, sem causa justificável ou passível de questionamento nas esferas administrativa e judicial, acarretará danos extremos para o agravado, que não poderá aguardar até o desfecho final desta pendenga para se manter com qualidade de vida, sendo aí onde reside o perigo na demora que funciona indiscutivelmente em prol do agravado.

Necessário destacar, ainda, que a ora Agravante possui os meios legais à sua disposição para cobrar eventual consumo não adimplido, vedando o Código de Proteção ao Consumidor, o uso de meios constrangedores na cobrança de dívida, não sendo jurídica, portanto, a interrupção do fornecimento do serviço para forçar o seu pagamento.

O Tribunal de Justiça de Pernambuco, por seu turno, tem seguido majoritariamente esta mesma trilha, firmando o entendimento de que a suspensão, em casos de fornecimento de energia elétrica, se afigura impossível, notadamente quando ainda está sendo discutida em juízo a razão que deu motivo àquela sanção.

Desta forma sem mais delongas, e à luz destas considerações, **NEGO PROVIMENTO** a este Instrumental para manter intacta a decisão requestada em todos os seus termos.

*relator*  
É como voto.

- Recife, 01/10/2013.  
*[Assinatura]*